

Agosto e Setembro



EXTRACTOS DE IMPRENSA

Principais notícias sobre Terra, Habitação, Violência Baseada no Gênero e Microfinanças.

Sumário

Introdução.....	4
Terra	5
Defendidas medidas para mitigar conflitos de terra	5
Disputa de terreno em Luanda leva empresários portugueses a tribunal	6
Huambo: Camponeses do Chinjenje beneficiam de meios agrícolas.....	8
Género e Violência	9
BayQi defende importância da educação digital para mulheres	9
Carolina Cerqueira defende igualdade de oportunidades para as raparigas	9
Madre destaca papel da mulher na preservação de valores éticos.....	11
Manuel Homem destaca papel da mulher na estrutura familiar	12
Presença feminina cresce no Serviço Penitenciário.....	13
Destacado o papel da mulher na diplomacia	14
Huíla: Realizada marcha da mulher empreendedora	15
Zaire: Mulheres aconselhadas a ter maior interesse pela formação	16
Zaire: Destacado papel do investimento da educação na vida da mulher africana.....	17
Moxico: Mulheres sensibilizadas sobre a amamentação	17
Desafios do protocolo no feminino em Angola	18
Fala África: Zinga Suama é uma líder em ascensão em África.....	22
INAC regista 360 denúncias de violência contra crianças na última semana	23
Detida por amarrar filha na via pública no Zango 3.....	24
Mulher mata marido e simula acidente para disfarçar o crime com a ajuda de dois irmãos	24
Uíge: Detido homem acusado de abusar sexualmente menor.....	26
Urbanismo e Habitação	34
Hospital Geral do Cunene é inaugurado hoje	34
Cuanza-Norte: Governador dá chaves de residências a famílias	35
Lunda-Sul: Grupos vulneráveis recebem mais apoio	36
Cuanza-Norte: Colocada primeira pedra para construção da sede da AGT	37
Administração de Talatona demole mais de 100 casas e uma igreja.....	38
Camucuío ganha posto de saúde reabilitado	39
Microfinanças	41
Executivo investe mais de 85 mil milhões de kwanzas na agricultura familiar	41
FADA disponibiliza crédito de 2,9 mil milhões de kwanzas para pequenos produtores	42
Governo angolano lança fundo de 500 milhões de dólares para emprego juvenil, economistas pedem transparência.....	43
Petróleo fecha em alta nos 79,39 dólares	51
Moxico: Mais de 17 mil famílias beneficiam do Kwenda	51
Lunda-Norte: FADA desembolsa 290 milhões de Kwanzas em 26 projectos	52
Njila disponibiliza mais de 500 milhões de kwanzas para melhoria de serviços	52

Introdução

O Extracto de imprensa é um produto do Centro de Documentação da Development Workshop Angola que desde 2001 tem estado a trabalhar na recolha, no armazenamento e na disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País. O Extrato tem uma periodicidade mensal onde os especialistas da DWA recolhem os distintos jornais diários que circulam na cidade de Luanda para que sejam seleccionados eventos publicadas que estão fortemente vinculados com o desenvolvimento socio económico nacional.

Deste modo este documento é uma compilação dos extratos de imprensas mensais onde vem seleccionado noticias relacionadas com a terra, habitação, meios de subsistencia, ambiente e violência do género. Pretende-se com esta parte dos extratos de imprensa ser um veiculo de informações ligados as temáticas mencionadas para os diferentes interessados principalmente os distintos beneficiarios do projecto “Espaço Mulher” que está sendo implementado pelo sector de terras da DWA nos municipios do Huambo, Chicala Cholohanga e Cachiungo.

Esta parte do extrato de imprensa pode ser usado como um dos instrumento para a monitoria da implementação de politicas públicas gizados pelo governo angolano dentro de um periodo especifico de governação, facilitando assim que os cidadãos de forma individual ou associado possam ter conhecimentos sobre a execução de projectos e programas ligados aos acesso a terra, habitação e meios de subsistências bem como a iniciativas existentes sobre o meio ambiente e mitigação dos efeitos causados pela variação climática.

De salientar que, o propósito maior do extrato de imprensa é facilitar o acesso à informação ao cidadão que tem encontrado dificuldades de obte-las porquanto que os jornais que têm sido a fonte de informação têm circulado simplesmente em Luanda.

Bom proveito!

Terra

Defendidas medidas para mitigar conflitos de terra

03 de Agosto de 2024

Jornal de Angola

António Cristóvão



O secretário de Estado das Obras Públicas, Manuel Molares D'Abril, recomendou, sexta-feira, em Luanda, ao Executivo, a aprovação de medidas tendentes à mitigação das divergências derivadas da demarcação e registo de terrenos no país.

O dirigente fez esta advertência na cerimónia de encerramento das festividades do 47.º aniversário da fundação do Instituto Geográfico e Cadastral de Angola (IGCA), assinalado a 12 de Julho.

"Os conflitos resultantes da demarcação e registo de terrenos têm vindo a agravar-se, reclamando, por isso, a adopção de medidas conducentes à sua mitigação", defendeu o secretário de Estado, ao discursar em representação do ministro das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação, Carlos Alberto dos Santos.

Manuel Molares D'Abril defendeu que o IGCA deve ter uma participação activa, influente e contribuição no âmbito da preparação informática integrada sobre a concessão de direitos fundiários, com o intuito de tornar eficiente e seguro os procedimentos de autorização de terrenos no país.

Para o secretário de Estado, o controlo da informação sobre o cadastro das terras e do edificado permitiu a aprovação do Número de Identificação Predial (NIP), constituindo uma ferramenta de valor, efeito prático e jurídico para o Estado e os cidadãos.

Manuel Molares D'Abril reconheceu, também, que a actualização da rede geodésica, cartografia física e digital do país nas diversas escalas constitui uma prioridade nas acções do IGCA. Admitiu que se trata de um "elevado desafio", pela demanda de recursos técnicos, tecnológicos e financeiros importantes, muitos dos quais indisponíveis no momento.

Por isso, disse ser necessário trabalhar, de forma árdua, para a resolução destes aspectos para que o IGCA esteja em condições para responder às solicitações dos desafios diários, exigindo, também, a melhoria da situação de trabalho dos funcionários.

Por seu turno, o director-geral do IGCA, Conceição Cristóvão, disse que a instituição precisa de, pelo menos, mais 300 funcionários, devido ao número de serviços de apoio técnicos prestados aos órgãos do poder local do Estado.

Conceição Cristóvão admitiu que os números podem parecer absurdos para alguns, mas esclareceu que a ideia é que muitos dos serviços prestados vão ser terciarizados para o sector privado.

Disputa de terreno em Luanda leva empresários portugueses a tribunal

12 de Agosto de 2024

Jornal Angola 24 Horas



Dois empresários portugueses disputam em tribunal a titularidade de um terreno em Luanda, um caso que se arrasta desde 2017 e que começou com um negócio fracassado de importação de uma bomba de betão.

O processo, que corre no Tribunal da Comarca de Viana, em Luanda, entrou na fase dos quesitos, apresentados hoje pelo juiz da causa, e envolve os empresários portugueses José Vieira (arguido) e Carlos Alberto (ofendido), antigos amigos.

Segundo os autos, os factos d desde 2017, período em que Carlos Alberto terá solicitado a José Vieira a troca da sua bomba de betão 58 (pequeno camião de produção de cimento para a construção civil) por uma bomba 41, que pertencia ao arguido.

O acordo verbal não chegou a ser concretizado porque a bomba não chegou a ser importada de Portugal, mas a zanga escalou e acabou numa luta de terrenos que envolve também acusações de tortura por parte das autoridades angolanas.

José Vieira, o arguido, diz que Carlos Alberto, o ofendido, lhe exigiu 400 mil dólares pelo facto de não ter recebido a bomba 41, o que o levou a ser interrogado pelo Serviço de Investigação Criminal (SIC) onde terá sido ameaçado e coagido a assinar documentos.

Sob alegada influência das autoridades locais, Carlos Alberto terá forjado documentos que o dão como titular do espaço onde José Vieira vive e construiu lojas, oficinas e armazéns, onde prestava assistência aos clientes, incluindo o ofendido.

Carlos Alberto diz ter direito de superfície do espaço, localizado no distrito urbano do Kikuxi, em Viana, um dos municípios mais populosos de Luanda, e acusa José Vieira dos crimes de usurpação de imóvel e abuso de confiança, que este nega.

O juiz António José Eduardo deu hoje como provado que a litigância incide sobre um lote de terra em posse do arguido, que teve como proprietário inicial o filho deste.

Mas, de acordo com o tribunal, não ficou provado que o arguido tem direito de superfície do terreno que ocupa e reclama ser proprietário, já que estes pertencerão ao ofendido e que José Vieira terá subornado os agentes da fiscalização de Viana para fazer obras.

O juiz salientou ainda que ficou provado que o arguido foi ameaçado e torturado psicologicamente pelos efetivos do SIC para assinar os acordos constantes nos autos.

Jandira Bango, advogada assistente do ofendido, diz que detém documentos que provam que o direito de superfície foi concedido pela administração local a Carlos Alberto e mostrou-se confiante de que “o tribunal saberá fazer o seu trabalho” e “concretizar a justiça”.

A disputa de terrenos em Angola constitui uma preocupação das autoridades, que admitem estar perante um crime organizado.

Os municípios de Cacuaco, Viana e Belas, em Luanda, estão entre os mais visados nestes casos, onde muitas vezes estão envolvidas altas patentes da polícia, das Forças Armadas e governantes contra camponeses “indefesos”, conforme relatos da imprensa angolana.

Huambo: Deslizamento de terra mata cinco garimpeiros

21 de Agosto de 2024

Jornal de Angola

Estácio Camassete e Marcelino Dumba



Cinco indivíduos garimpeiros no município do Ucuma, província do Huambo, perderam a vida e outros três ficaram feridos, em consequência do desabamento de terras, quando faziam exploração de ouro nas margens do rio Mbunji Cassenha. Segundo dados avançados pelo director de

Comunicação Institucional e Imprensa do Ministério do Interior no Huambo, superintendente-chefe Martinho Satito, o incidente teve lugar na última segunda-feira. Avançou a possibilidade de existirem mais vítimas no local, pois se desconhece o número de pessoas soterradas que estavam no interior da mina artesanal.

Martinho Satito referiu que as vítimas mortais tinham entre 13 e 26 anos, enquanto as três outras feridas têm idades compreendidas dos 1 e 38 anos, que foram prontamente socorridas e duas das quais transferidas para o Hospital Geral do Huambo.

Martinho Satito disse que, neste momento, as buscas continuam, na eventualidade de existirem mais vítimas. Garantiu que os efectivos do Comando do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros vão permanecer no local até encontrarem mais pessoas que precisam de auxílio.

O director apela às comunidades do Ucuma e dos demais municípios, onde se registaram focos de exploração de ouro e de outros minerais estratégicos, para que se previnam e evitem situações do género e outras que colocam em risco a sua segurança.

"A exploração artesanal é perigosa e coloca em causa a segurança das pessoas e não só por isso, todo o cuidado é pouco e aconselhamos aos garimpeiros a não resistirem às ordens do Estado em abandonar essas zonas", recomendou.

Por sua vez, o administrador adjunto do município do Longonjo, Paulino Barbosa, informou que algumas das vítimas do desabamento são cidadãos daquela jurisdição, uma vez que o rio Mbunji Cassenha se situa na zona limítrofe entre o Ucuma e Longonjo.

Referiu que a administração municipal tem trabalhado com a população, no sentido de não se envolver no garimpo ilegal, "pois muitas famílias executam essas actividades com filhos menores às costas".

"O garimpo do ouro está a prejudicar o trabalho do campo, sendo que muitas famílias optam pela prática deste tipo de actividade e abandonam as suas lavras", disse, acrescentando que após o deslizamento de terras, algumas pessoas abandonaram os acampamentos.

Huambo: Camponeses do Chinjenje beneficiam de meios agrícolas

29 de Agosto de 2024
Jornal de Angola
Estácio Camassete



Mais de 200 famílias camponesas, organizadas em cooperativas e associações, no município do Chinjenje, província do Huambo, beneficiaram, esta quinta-feira, de meios agrícolas para alargarem as zonas de cultivo, na próxima época que terá início em Outubro próximo. Os produtos

foram entregues pelo governador local, Pereira Alfredo, no quadro da jornada de trabalho

que efectua na municipalidade.

Os camponeses tiveram direito a uma pequena indústria moageira, uma motorizada de três rodas, instrumentos agrícolas, três toneladas de fertilizantes diversos, sementes melhoradas de arroz, soja e outros.

Segundo o responsável máximo pela região, a medida surge para que os agricultores no Chinjenje possam produzir o suficiente, melhorar a dieta alimentar e conseguir rendimentos para a sustentabilidade das famílias.

Género e Violência

BayQi defende importância da educação digital para mulheres

*1 de Agosto de 2024
Jornal de Angola*



A CEO da BayQi, empresa angolana de tecnologia especializada em sistema de pagamentos digitais, Fátima Almeida, destacou, quarta-feira, em Luanda, que a educação digital é crucial para a autonomia, independência e empoderamento financeiro das

mulheres no continente africano.

Fátima Almeida, que falava no seminário em alusão ao Dia da Mulher Africana, organizado pelo Grupo de Mulheres Parlamentares, enfatizou que o acesso às ferramentas digitais não só abre portas para novas oportunidades de emprego, como também capacita as mulheres a empreender e inovar junto das comunidades.

Na ocasião, a responsável partilhou o impacto do projecto "Comércio + Inclusivo Bairros Digitais", uma iniciativa que promove a inclusão digital e comercial em bairros estratégicos da província de Luanda.

Carolina Cerqueira defende igualdade de oportunidades para as raparigas

*1 de Agosto de 2024
Jornal de Angola
António Gaspar |*



A presidente da Assembleia Nacional, Carolina Cerqueira, disse, nesta quarta-feira, em Luanda, ser necessário continuar a promover a equidade e a igualdade de oportunidades que permitam a capacitação das raparigas, de forma a colocarem o seu valor e as suas competências

em benefício da sociedade. Carolina Cerqueira, que falava na abertura do seminário alusivo ao Dia da Mulher Africana dirigido ao grupo de mulheres parlamentares, referiu, no entanto, que a igualdade de oportunidades não deve ser vista numa simples perspectiva de quotas ou outras formas meramente políticas de alterar automaticamente os cenários das desigualdades, como se as mulheres não tivessem capacidade e mérito próprio.

Por isso, sublinhou, que acreditar nas mulheres não representa uma questão de justiça e de igualdade, mas um caminho estratégico para o desenvolvimento sustentável das sociedades africanas, em geral, e de Angola, em particular.

Neste sentido, Carolina Cerqueira salientou, também que a Assembleia Nacional tem acompanhado programas de desenvolvimento do empreendedorismo das mulheres, iniciativas de educação das raparigas, programas de saúde materno-infantil, iniciativas de capacitação política das mulheres e outros relativos à agricultura familiar e sobre os direitos fundiários com foco para as mulheres.

Estas iniciativas, acrescentou, reflectem o engajamento dos organismos públicos face aos objectivos da equidade de género e do empoderamento das mulheres e raparigas, por meio de iniciativas orientadas por programas diversos tendentes a responderem às necessidades e desafios específicos das mulheres, que passam, também, pela educação para uma cultura de paz.

A representante máxima da Casa das Leis lembrou, ainda, que o Orçamento Geral do Estado (OGE) para o exercício de 2024 reservou 15 por cento dos recursos para o sector da Educação, viabilizando, deste modo, iniciativas relevantes como o programa de melhoria da qualidade e desenvolvimento do ensino primário e secundário, programa de melhoria da qualidade e desenvolvimento do ensino técnico-profissional e o programa de empoderamento das raparigas e aprendizagem para todos.

O programa, prosseguiu, tem como enfoque particular a prevenção e recuperação das raparigas e adolescentes, sobretudo do meio rural, prevenindo-as de problemas sociais como abandono escolar, gravidez precoce, educação sexual e saúde reprodutiva.

Carolina Cerqueira reforçou a importância, em sede da apreciação das propostas de Lei do OGE, nos respectivos exercícios, de se continuar a advogar mais recursos e investimentos para os programas e acções que visam a materialização das políticas de promoção das mulheres.

Estes instrumentos de política pública, continuou a líder parlamentar, têm sido ferramentas fundamentais para promover e proteger os direitos das mulheres e aumentar o

engajamento da sociedade na implementação de programas que visam transformar os direitos de igualdade de género numa realidade vivida pelos angolanos.

A dirigente frisou, por outro lado, que o empoderamento das mulheres e das raparigas africanas, sobretudo, associado à sua condição económica e social, encerra a equação para o crescimento económico desta franja "marginalizada" da população.

Para Carolina Cerqueira, só é possível abrir o caminho para um fortalecimento de poder sustentável e durável através do livre acesso à formação, às novas tecnologias e técnicas modernas de produção, transformação e comercialização de bens.

A também jurista fez saber que os direitos económicos, sustentados em especial pela inclusão financeira e económica das mulheres e as raparigas africanas, é uma questão que nos últimos tempos tem sido debatida com bastante frequência, priorizando a elaboração de projectos-piloto de sucesso, cujas amostras possam ser do conhecimento público e os resultados beneficiem as famílias e as comunidades.

"O facto da maior parte da população dos países africanos ter menos de 30 anos, os desafios e oportunidades para garantir um futuro mais próspero no nosso continente passam necessariamente por uma participação mais interventiva da população jovem, em particular da jovem mulher", defendeu.

Madre destaca papel da mulher na preservação de valores éticos

01 de Agosto de 2024
Jornal de Angola
Pedro Bica



A madre Maria Mayembe, assistente espiritual da Promoção da Mulher Angolana na Igreja Católica (PROMAICA), assegurou ontem, em Luanda, que a mulher angolana sempre lutou pela preservação da paz e de valores éticos e morais.

A religiosa, que falava numa palestra realizada pela Diocese de Viana, por ocasião do Dia da Mulher Africana, defendeu que as mulheres devem ser defensoras da vida, do amor, bem-comum, fraternidade, comunhão e unicidade das famílias, apesar de várias influências e imposições do mundo actual.

Ao dissertar o tema "Mulher africana berço de valores", Maria Mayembe defendeu que o desafio das mulheres, em África, deve ser a luta contra o preconceito social e religioso que gera sempre complexos de inferioridade.

A vice-presidente do MPLA, Luísa Damião, convidada para o acto, destacou o papel que as mulheres angolanas desempenham nos poderes Executivo, Legislativo e Judicial.

Luísa Damião considerou a sua presença no acto o reconhecimento do trabalho que a Promaica tem estado a fazer no sentido de continuar a educar a mulher a ser o "berço de valores".

Manuel Homem destaca papel da mulher na estrutura familiar

02 de Agosto de 2024
Jornal de Angola
António Cristóvão



O governador provincial de Luanda, Manuel Homem, destacou, quarta-feira, o papel da mulher na sociedade e na edificação da estrutura familiar na comunidade.

O governador falava no acto de abertura de uma palestra, realizada na Biblioteca Municipal de Luanda, no quadro da celebração do Dia da Mulher Africana, comemorado no dia 31 de Julho no continente.

"Na família, a mulher desempenha um papel importante. É um dia para render uma singela homenagem à mulher africana", disse, reconhecendo a importância do género feminino na protecção da família e no desenvolvimento da paz social.

Manuel Homem defendeu, igualmente, a protecção da mulher e da criança, no âmbito da luta contra a violência doméstica.

"É uma realidade de resiliência, assim caracterizamos a mulher africana, que está sempre disponível e na linha da frente", admitiu o governador, reconhecendo o papel da mulher africana na cultura e no fortalecimento das nações.

Manuel Homem convidou, por isso, a estilista Elisabeth dos Santos para a apresentação, na sede do Governo Provincial de Luanda, da sua mais nova colecção de vestuário feminino, denominada *bessangana* executiva.

A data de 31 de Julho é celebrada como o Dia Internacional da Mulher Africana. Esta data foi criada em alusão à Conferência das Mulheres Africanas, realizada, em 1962, na cidade de Dar-es-Salaam, Tanzânia.

Neste período, também foi fundada a Organização das Mulheres Pan-Africanas (PAWO),

um movimento transnacional de mulheres com o objectivo de contribuir para a promoção da igualdade de género, lutando pelo fim do colonialismo, das diversas discriminações e das injustiças sociais sobre as mulheres.

Presença feminina cresce no Serviço Penitenciário

03 de Agosto de 2024

Jornal de Angola

Manuela Mateus



O Serviço Penitenciário conta, actualmente, com 3.408 mulheres, oito das quais oficiais comissários, o que corresponde a 31 por cento do quadro de pessoal daquela instituição tutelada pelo Ministério do Interior (MININT).

A informação foi divulgada pelo director nacional do Serviço Prisional, Bernardo Gourgel, por ocasião de um seminário sob o lema "O poder do auto-encontro da mulher para os seus desafios actuais", alusivo ao Dia Internacional de Mulher Africana, comemorado no dia 31 de Julho último.

O Oficial Comissário referiu que, actualmente, dos 31 por cento que corresponde à presença feminina na instituição, 10 exercem cargos de direcção e de chefia, a nível nacional. Destacou, oito são oficiais comissários, 117 oficiais superiores, 1.098 oficiais subalternas, 561 sub-chefes, 1.621 agentes e três do regime geral.

Bernardo Gourgel acentuou que, quanto ao nível académico, o Serviço Penitenciário tem uma oficial doutorada, nove mestres, 535 licenciadas e 793 frequentam entre o 1.º e 5.º anos do ensino superior.

O Serviço Penitenciário tem, também, 218 mulheres com o segundo ciclo de escolaridade completo, 721 com o primeiro ciclo e 122 concluíram o ensino de base.

O comissário afirmou que a igualdade de género está entre os grandes desafios do Ministério do Interior e, também, do Serviço Penitenciário.

O responsável augurou que o seminário desperte aos efectivos sobre o real papel da mulher nas organizações, "o quanto elas são merecedoras das mesmas oportunidades para a autoafirmação profissional".

Seminário

Durante três dias de seminário sobre "O poder do auto-encontro da mulher para os seus desafios actuais", foram discutidos os seguintes temas a "Infertilidade feminina", "A importância do aleitamento", "A participação da mulher ou competição?" e "A mulher e o seu crescimento pessoal e profissional".

Para o naturopata Moisés Tchicale, que se debruçou sobre "Infertilidade feminina", as mulheres em Angola, na sua maioria, são vistas como as maiores portadoras desse "mal". "Um mau julgamento que é feito, pois isso não condiz com a verdade, porque a infertilidade é um problema que afecta também os homens.

O especialista deu a conhecer que várias são as causas da infertilidade feminina no mundo.

Destacado o papel da mulher na diplomacia

03 de Agosto de 2024

Jornal de Angola

Weza Pascoal



O papel da mulher no desempenho na área do cerimonial, protocolo, bem como o seu contributo na melhoria das relações diplomáticas, negócios e com a sociedade em geral, foi destacado sexta-feira, em Luanda, pela directora-geral do protocolo do estado.

Paula Castro, que falava por ocasião da primeira edição do "Chá Protocolo no Feminino", promovido pela Associação de Profissionais de Cerimonial e Protocolo de Angola (APCPA), acrescentou que as mulheres trazem contribuições valiosas para a referida área.

"A atenção aos detalhes, empatia e capacidade de comunicação são elementos valiosos para a criação de ambientes em que todos se sintam valorizados e respeitados, quer nas visitas de Estado, negociações de alto nível ou outros eventos", disse.

As mulheres em funções protocolares, disse, a também embaixadora, ajudam a colmatar lacunas, promover a boa vontade e a construção de relações duradouras. Por este motivo, continuou, ao olhar para o futuro, é crucial o continuo apoio e a capacitação das mulheres nesta área, pois os contributos são essenciais não só para a prática de protocolo, mas também para os objectivos mais vastos da diplomacia, negócios e da sociedade em geral.

"Continuemos a defender o papel da mulher no protocolo, reconhecendo as contribuições vitais e lutando por um futuro mais inclusivo e equitativo", defendeu.

De acordo com a presidente da Associação de Profissionais de Cerimonial e Protocolo de Angola, Hildeth Coimbra, a realização da primeira edição do "Chá Protocolo no Feminino" teve como objectivos contribuir para a compreensão do papel das mulheres no cerimonial e protocolo, assim como analisar a importância do cerimonial e protocolo na promoção da imagem da mulher.

Constam ainda dos objectivos, despertar nas mulheres a importância do cerimonial e protocolo no desempenho das funções e reconhecimento do valor, do histórico protocolar das soberanas dos antigos e actuais reinos angolanos, partilhar experiências e as boas práticas relativas à participação das mulheres em eventos e solenidades.

Durante o evento, foram debatidos temas como, "Mulheres que marcam o protocolo nos reinos de Angola", "Cerimonial e protocolo sensíveis ao género", "Os desafios do protocolo feminino no contexto empresarial", "O protocolo no feminino no contexto de organizações políticas e das organizações religiosas" e a "Africanidade na construção da imagem feminina".

Huíla: Realizada marcha da mulher empreendedora

03 de Agosto de 2024

Jornal de Angola



Mulheres de vários sectores na província da Huíla participaram, este sábado, na marcha da mulher empreendedora, em apoio à fístula obstétrica e fim ao casamento esforçado.

A marcha teve início defronte a maternidade "Irene Neto", cidade do Lubango, e terminou no complexo turístico da Nossa Senhora do Monte, bairro

comandante N'zaji. O acto foi presidido pelo presidente do Comitê Miss Huíla, Yuri Chico, contou com as presenças de mulheres da delegação do Ministério do Interior, FAA, ENDE, Governo Provincial da Huíla, e a sociedade civil.

Durante a marcha, soaram cânticos de emoção e apelos para a prevenção permanente desta efeméride, que as mulheres do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros e não só, abraçaram, para mitigar os casos da fístula obstétrica, avançou os bombeiros, no

Facebook.

Zaire: Mulheres aconselhadas a ter maior interesse pela formação

04 de Agosto de 2024

Jornal de Angola

Kayila Silvina | Mbanza Kongo



A directora do Gabinete provincial da Acção Social, Família e Igualdade de Género no Zaire apelou, sábado, às mulheres a abraçarem a formação técnico-profissional, bem como aumentarem a produção agrícola e o comércio de pequena monta, como forma de contribuir mais para um

maior desenvolvimento da província.

Luísa Sofia Gomes lembrou que a aposta das mulheres na formação técnico-profissional constitui o caminho para empoderamento e para a participação, de forma activa, no processo de desenvolvimento da província, em particular, e do país, em geral.

A manutenção do diálogo para a resolução dos principais problemas que surgem no meio da família, consta, igualmente, das preocupações do Gabinete de Acção Social, Família e Igualdade de Género na província.

"A boa educação deve começar, acima de tudo, na família. A falta de diálogo provoca a divisão familiar. Por isso, os pais devem ensinar os filhos a respeitarem os mais velhos nas comunidades e transmitir os valores culturais, morais e cívico", aconselhou.

Por outro lado, Luísa Sofia Gomes mostrou-se preocupada com os contínuos abusos sexuais contra menores, tendo a província registado de Janeiro a Junho, um total de 256 casos, contra os 112 ocorridos em 2023.

O Gabinete da Acção Social da província do Zaire, referiu, tem realizado diversas campanhas de sensibilização e palestras nas igrejas, escolas, nos mercados e locais de maior aglomeração da população, sobre os cuidados a ter com as crianças, assim como saber com quem deixar a tutela do menor.

Em relação a fuga à paternidade, avançou que, de Janeiro a Junho deste ano, foram registados 208 casos.

O município do Soyo, destacou, foi o que mais se destacou em relação a fuga à paternidade, com 112 casos, seguido pelo de Mbanza Kongo, com 58, o Kuimba, com 35, e o Tomboco, com três.

Zaire: Destacado papel do investimento da educação na vida da mulher africana

05 de Agosto de 2024

Jornal de Angola

Fula Martins | Soyo



O contributo da mulher africana no desenvolvimento económico passa pelo investimento na própria educação afirmou a prelectora Filomena Saumue, durante uma palestra enquadrada no Dia da Mulher Africana, no Soyo, província do Zaire.

A prelectora que falava no anfiteatro da Administração Municipal do Soyo, na última quarta-feira, sublinhou, igualmente que muitos países africanos barram as mulheres de gozarem dos direitos com "normas ordinárias e Decretos/Leis que em nada favorecem" o empoderamento feminino.

Acrescentou, ainda, que muitas ainda são privadas de frequentarem as escolas, principalmente do ensino médio e superior por familiares e pelos próprios esposos.

Moxico: Mulheres sensibilizadas sobre a amamentação

05 de Agosto de 2024

Jornal de Angola

José Rufino | Luena



As mulheres grávidas do Moxico foram sensibilizadas sobre as vantagens de amamentarem os bebés até aos dois anos, como forma de prevenir certas doenças, com principal realce para a desnutrição e as doenças diarreicas agudas.

A palestra, dirigida às mulheres gestantes, foi promovida pelo Departamento da Saúde Pública, com intuito de saudar a Semana Mundial do Aleitamento Materno.

A supervisora de Nutrição da província, Victorina Mariano, afirmou que o Departamento de Saúde Pública está preocupado com a atitude de certas mães que não acatam as orientações sobre o aleitamento materno. "Muitas mulheres chegam ao hospital com os bebés já com várias complicações de saúde, porque não seguem devidamente as orientações que recebem ao longo das consultas".

A responsável afirmou que actualmente a instituição tem o registo de 20 casos de desnutrição em crianças, de até 6 meses, por falta do leite materno. "Outra preocupação é a interrupção do leite materno antes do bebé completar a idade recomendada pelos técnicos de saúde".

Desafios do protocolo no feminino em Angola

11 de Agosto de 2024
Jornal VOA Português
Agostinho Gayeta



Profissionais de cerimonial e protocolo apresentaram em Luanda, os desafios do protocolo no feminino, recomendam políticas públicas para valorização da diversidade cultural nacional, inclusão, flexibilidade e adaptação de trajes africanos às normas de vestimenta protocolares.

Maior atenção às necessidades específicas das mulheres na organização de eventos públicos e privados são outros aspectos recomendados em Luanda por especialistas à margem de uma conferência denominada "Protocolo no Feminino".

Os desafios do protocolo no feminino, bem como as recomendações sobre a flexibilização e adaptação dos trajes africanos como sendo roupas protocolares aceitáveis para os oficiais e agentes de protocolo saíram da 1ª edição do Chá "Protocolo no Feminino" realizado em Luanda na última semana, pela APCPA - Associação de Profissionais de Cerimonial e Protocolo de Angola, em alusão ao 31 de Julho, dia da Mulher Africana.

«Que os organizadores de eventos, públicos e privados, tenham em devida conta a necessidade de assegurar que os eventos sejam inclusivos; Que os profissionais de cerimonial e protocolo garantam que os eventos sejam sensíveis na perspectiva do género, devendo, por conseguinte, ter em consideração, sobretudo, as necessidades especiais das mulheres; Que os locais de realização dos eventos tenham em atenção as necessidades das mulheres que amamentam; Que os profissionais de cerimonial e protocolo garantam que os eventos sejam sensíveis na perspectiva do género, devendo, por conseguinte, ter em consideração, sobretudo, as necessidades especiais das mulheres», destaca o comunicado final do evento".

O certame que reuniu mais de 200 profissionais da área de cerimonial, protocolo e organização de eventos, assim como entusiastas, produziu recomendações que atendem

as necessidades específicas das mulheres e dos profissionais de cerimonial e protocolo de modo geral, com destaque a uma alegada tendência de discriminação étnica e regional no que diz respeito aos trajes típicos de cada região de Angola.

Temas como “As mulheres que marcaram o protocolo nos reinos de Angola, os desafios do Protocolo no feminino no contexto empresarial, a africanidade na construção da imagem feminina, o protocolo no feminino no contexto de organizações políticas, o protocolo no feminino no contexto de organizações religiosas e o cerimonial e protocolo sensíveis ao género dominaram agenda do encontro.

Durante o debate sobre os vários assuntos relacionados ao “Protocolo no Feminino, Manuel Panzo, especialista em cerimonial, imagem e organização de eventos e membro da APCPA, chamou atenção para a discriminação na representação da cultura angolana por meio das vestimentas. O também autor e formador censurou sobretudo os trajes “tradicionais” e típicos de algumas regiões do país que tendem a ser mais destacados a nível internacional em eventos nos quais Angola é representada por delegações.

«Os formandos perguntam qual é o verdadeiro traje tradicional angolano. Pessoalmente nunca arrisquei a responder», começou por dizer o profissional.

«Nós em Angola estamos a promover uma discriminação em termos de vestimenta, porque somos um país com diversidade cultural, mas só promovemos trajes e cultura de uma determinada região. Do que tenho acompanhado quer dos trajes das nossas selecções e outras, vão mais é de Samakaka que é da região sul, especificamente do Namibe. Eu pergunto, aonde é que está o traje da Ilha de Luanda? Onde está o traje da Quissama por exemplo ou do leste de Angola? Vamos reflectir em torno desta discriminação que pode provocar um conflito», concluiu.

É preciso que os trajes africanos sejam normalizados como sendo roupas protocolares aceitáveis para oficiais e agentes de protocolo. Teresa Sangossango participante do evento, aproveitou a ocasião para lançar um desafio aos legisladores angolanos: Que o país produza legislação sobre o protocolo que inclua a questão da indumentária, de modos que se liberte dos padrões e modelos de trajes que nem sempre valorizam a cultura nacional.

«Nós fomos formados e informados que as cores protocolares são o azul-escuro, o preto e o cinza. Eu já estive numa situação vestida de vermelho num acto cerimonial de alto nível e que a dada altura dei um passo enfrente para ir levar um documento, mas fui travada porque estava de vermelho. Que passos vamos dar como africanos, angolanos

para normalizar o nosso traje africano para que seja reconhecido como roupa protocolar?», questionou a oficial de protocolo.

Angola tem padrões próprios, mas é preciso estudar, selecionar e aceitar a diversidade da manifestação cultural nacional. A deputada e Coordenadora da Comissão de Disciplina, Ética e Auditoria do Comité Central do MPLA, Maria Antonieta Baptista, preletora no evento, chamou atenção para a necessidade de uma intervenção dos especialistas para estudar os padrões de trajes africanos, selecionar e promover a sua aceitação.

«Nós temos padrões, e vê-se muito nos escritos que os povos de África gostam de roupas com muitas cores, daí a pergunta da Teresa de que passamos dar para normalizar o uso de roupas africanas como trajes protocolares. Dizia o colega que o traje africano nunca é indecente. Depende porque nós tivemos estátuas enfrente ao Aeroporto [internacional 4 de Fevereiro] mas que foram quase arrancadas. Era a Mwana Pwó, mas a forma como estavam vestidas, a sociedade não estava preparada para diversidade da nossa manifestação de identidade cultural», referiu a parlamentar que por outro lado apelou para que se promovam mais estudos.

«É preciso fazer estudos. É preciso pôr os antropólogos a trabalhar. É preciso trabalharmos nós próprios, porque se num sentido nós vamos querer conseguir a nossa identidade noutra, já perdemos o nosso valor. Qual é a aceitação que a juventude pode ter deste tipo de traje?» Questionou. «É preciso que haja mais indústria têxtil para fazer face á necessidade», acrescentou.

Branca do Espírito Santo outra participante ao evento defendeu na ocasião a importância de uma cadeia de valor em torno da indústria têxtil em Angola, por isso apelou o fomento de políticas públicas.

«Há toda uma cadeia de valor em torno da concessão e produção de tecido e de certeza que deve ser produto de alguma política pública», explicou a participante ao narrar durante o certame a experiência de outros países africanos no que respeita a produção industrial de trajes; acrescentando que em Angola “precisamos é de políticas públicas”.

A “Africanidade na construção da imagem feminina”, foi o tema apresentado pela Estilista e Empresária Nadir Tati, para quem os movimentos de libertação e dos direitos civis, assim como os artistas das mais variadas disciplinas, têm sido fundamentais para redefinição da imagem feminina em África. Citou como exemplo, Gabriela Antunes e Cremilda de Lima e Amélia da Lomba, escritoras angolanas que com a sua arte contribuíram para a africanidade e para construção de uma imagem mais inclusiva da mulher.

Para a empresária que se inspira nas dificuldades enfrentadas pelos povos de África de modo geral, e angolanos de modo singular, falar de indumentária é preciso antes de tudo olhar para a identidade nacional. «Foi este o caminho que fez com que eu tivesse sucesso na moda nacional. Não é fácil, no meio de muitos designers no mundo poder carregar sempre o nome de Angola, o nome da mulher, que é na mulher angolana em que me inspiro e sobretudo na dificuldade que o continente enfrenta»

Nadir Tati reconheceu que as mulheres africanas enfrentam desafios de natureza diversa no respeito a vestimenta, de modo particular em cerimónias culturais. Para aquela empresária, actualmente um dos maiores desafios do mundo globalizado e influenciado por padrões ocidentais tem que ver com a preservação das tradições e costumes, assim como o respeito aos protocolos culturais.

«Em cerimónias e eventos específicos como casamentos, funerais ou rituais tradicionais, as mulheres africanas podem enfrentar expectativas rígidas em relação ao vestuário. Devem respeitar normas específicas e acordo a cultura, a posição em que vivem. A adaptação à moda contemporânea. É muito difícil encontrar o equilíbrio nestes dois pontos»

Tati relatou por outro lado que outra dificuldade é ter acesso aos acessórios e materiais indispensáveis para composição de peças de roupa africanas. «Muitas vezes temos vontade de usar algo que seja nosso, mas temos dificuldades de acesso. Não conseguimos o material. Eu vejo isto nos casamentos, a dificuldade de juntarmos os acessórios. Não são apenas os tecidos, mas todo material e incluindo acessórios. Eu tenho clientes que são do Cunene [província localizada a sul de Angola, na fronteira com a Namíbia] e que precisam exactamente daquele material [típico desta zona], mas nós muitas vezes não temos capacidade e a rapidez para podermos trazer e pôr no dia e local solicitado.

A empresária da moda denunciou por outro lado a existência de preconceitos e estereótipos em relação às roupas feitas à base de tecidos africanos, bem como das barreiras económicas de cidadãos com recursos financeiros limitados.

«Os estereótipos negativos em relação à indumentária africana podem levar à rejeição da vestimenta tradicional. A barreiras económicas fazem parte também daquilo que é a nossa dificuldade. A indumentária tradicional muitas vezes requer materiais específicos e elaborados o que pode representar um desafio económico para algumas pessoas, especialmente em contextos onde o acesso á recursos é limitado».

Promover a educação cultural e o entendimento das tradições locais, bem como o incentivar a flexibilidade e da adaptação das normas protocolares, por um lado. Por outro, fomentar a valorização da diversidade e inclusão na expressão da identidade cultural por meio da indumentária são algumas das vias recomendados pela especialista para lidar com os desafios actuais no que respeita a valorização da identidade cultural africana por meio da vestimenta.

«É importante promover a educação cultural e o entendimento das tradições locais. Incentivar a flexibilidade e adaptação nas normas protocolares. É possível fortalecer a identidade cultural africana, criando um senso de pertencimento e orgulho entre as comunidades. É importante que Angola se orgulhe daquilo que nós somos», concluiu.

A estilista e empresária angolana, Nadir Tati falou sobre a “Africanidade na construção da imagem feminina”, durante a 1.ª Edição do Chá “Protocolo no Feminino”. Evento realizado pela APCPA – Associação de Profissionais de cerimonial e Protocolo de Angola que contou com a participação de mulheres e homens dos mais variados quadrantes, incluindo autoridades públicas, eclesiásticas e académicas, membros do corpo diplomático, funcionários públicos, empresários, profissionais de cerimonial, protocolo, etiqueta e organização de eventos, assim como jornalistas e estudantes.

Fala África: Zinga Suama é uma líder em ascensão em África

11 de Agosto de 2024
Jornal VOA Português
Danielle Stescki



Zinga Suama, líder cívica angolana e empreendedora social, está em Addis Abeba cumprindo um programa de voluntariado na Sede da União Africana. Membro da 4ª Assembleia Geral Permanente do Conselho Económico, Social e Cultural da União Africana (ECOSOCC) desde dezembro de 2022, ela se destaca pela dedicação ao trabalho voluntário, especialmente em iniciativas que promovem a igualdade de género e o empoderamento das mulheres em África.

Recentemente, Zinga foi reconhecida como uma das '100 Jovens Africanos Excepcionais' no Royal African Young Leadership Forum, Nigéria. Ela afirma que este prémio "significa o reconhecimento do trabalho que eu tenho feito, da dedicação que eu tenho pelos meus projetos e, acima de tudo, ele representa a continuidade". Para Zinga, o prémio é uma

validação de que seu trabalho está sendo notado, não só em Angola, mas em todo o continente africano.

Um dos projetos mais destacados da empreendedora social é o "Insónia Vocacional", lançado em 2019. "Esse projeto eu criei no momento, com o objetivo de incentivar os jovens ao empreendedorismo e impulsionar a criatividade", explica. A primeira edição, realizada no município de Viana, envolveu 100 jovens e contou com a participação de especialistas que compartilharam suas experiências e conhecimentos. "Nós dávamos oportunidade aos jovens presentes para fazer perguntas, expor suas ideias, e os resultados foram incríveis", destaca Zinga. O projeto foi um sucesso, e ela mantém contato com muitos dos jovens participantes até hoje.

Este ano Zinga também participou na 1ª Conferência Pan-Africana sobre a Educação das Raparigas e das Mulheres. Nesta conferência, discutiram-se temas importantes relacionados à educação e aos direitos das mulheres, que estão em linha com os objetivos da líder cívica. "Nós trabalhamos em prol dos direitos humanos e levamos conhecimento sobre prevenção contra abuso sexual e direitos das mulheres e crianças na comunidade", ressalta Zinga. Agora, ela está trabalhando para transformar o projeto "Diálogo na Comunidade" em uma escola comunitária, com o objetivo de oferecer apoio contínuo a mulheres e crianças.

A motivação de Zinga vem da vontade de ajudar e de ver mudanças reais na vida das pessoas que ela apoia. "Muito me inspira saber que, no final das contas, eu consegui ajudar alguém. A recompensa que eu recebo é ver que alguém conseguiu mudar a sua vida através de uma palavra minha", conclui. Para o futuro, Zinga planeja continuar seus projetos em Angola, especialmente a escola comunitária, e espera contar com parceiros para expandir ainda mais seu impacto.

Zinga Suama é, sem dúvida, uma figura inspiradora que continua a lutar por um futuro melhor para as mulheres e jovens de África.

INAC regista 360 denuncias de violência contra crianças na ultima semana

*12 de Agosto de 2024
Novo Jornal*

O Instituto Nacional da Criança (INAC) recebeu, na ultima semana, 360 denuncias de violência contra crianças, ocorridas em circunstâncias diferentes em diversas províncias de Angola.

Entre os casos destacam-se 160 de fuga a paternidade, 73 de exploração de trabalho infantil, 64 de violência física, 6 de abuso sexual e 17 de negligência e abandono de crianças.

De acordo com o relatório semanal do INAC, estas denúncias foram registadas nas províncias de Luanda, Namibe, Benguela, Huila, Moxico, Uíge, Cunene, Cabinda, Bié, Lunda-Sul, Lunda-Norte e Zaire.

O relatório refere ainda que a província de Luanda foi o epicentro das ocorrências com um total de 90 casos, depois segue-se Benguela, com 45 denúncias.

No bairro Maculusso, em Luanda, uma criança de 9 anos foi durante meses vítima de agressão física praticada pela própria mãe, pelo facto de a criança fazer xixi na cama.

Na província de Benguela uma criança de 5 anos foi abusada sexualmente por um adolescente de 16, que se aproveitou da ausência da família na residência.

Já na Lunda Norte, uma adolescente de 13 anos foi agredida brutalmente com uma pedra e um pau, pela madrasta e pela tia, por ter ido a uma festa e chegar tarde a casa.

O INAC assegura que todos os casos foram encaminhados para os comandos municipais e provinciais da Polícia Nacional e para as direcções municipais da acção social.

Detida por amarrar filha na via pública no Zango 3

12 de Agosto de 2023
Jornal de Angola



A mulher que amarrou os membros inferiores e superiores da filha, de 11 anos, na via pública, no Distrito Urbano do Zango 3, município de Viana, já está detida.

O vídeo da criança amarrada na via pública circulou nas redes sociais, durante o passado fim-de-semana.

Segundo a Directora Municipal Interina da Acção Social em Viana, Iracelma Piedade Marta, a cidadã alega que castigou a filha por acto de rebeldia e mostrou-se arrependida por ter agido desta forma.

Quanto à menor, está neste momento num centro de acolhimento infantil, avança a Rádio Nacional de Angola.

Mulher mata marido e simula acidente para disfarçar o crime com a ajuda de dois irmãos



12 de Agosto de 2024

Jornal Angola 24 Horas



Uma mulher matou o marido com a ajuda de dois irmãos, que espancaram até à morte a vítima, que ocupava um cargo Administração Geral Tributária (AGT), e depois simularam um acidente por capotamento para dissimular o crime, apurou o Novo Jornal junto da Polícia Nacional. Segundo as autoridades, a vítima era uma pessoa com posses, e tudo começou no mês de Julho, quando o funcionário da AGT, que residia na Centralidade do Kilamba, em Luanda, se deslocou para ao Zaire em missão de trabalho, levando consigo a esposa.

Uns dias depois, a 31 de Julho, o casal decide regressar a Luanda, mas o plano da morte do marido já tinha sido traçado no Zaire pela mulher, que levou consigo dois irmãos, de acordo com o porta-voz nacional da Direcção de Investigação e Ilícitos Penais (DIIP), Quintino Ferreira.

Chegados ao município do Dande, província do Bengo, numa zona isolada, o trio de irmãos entrou em acção: pediram à vítima que parasse, dizendo-lhe que precisavam de satisfazer necessidades fisiológicas, e, quando o carro parou, começaram a espancar brutalmente o condutor. Para esconder o crime, sentaram-no ao volante da viatura e simularam um acidente por capotamento.

Depois, os acusados entraram em contacto com as autoridades locais para dar a conhecer o alegado acidente que resultou na morte imediata de apenas um dos ocupantes do automóvel.

Os agentes dirigiram-se ao local do crime e os indivíduos explicaram que "estavam todos dentro do carro quando o acidente aconteceu, mas apenas o condutor morreu", argumento, que, segundo Quintino Ferreira, não convenceu as autoridades, porque nenhum dos outros ocupantes do veículo tinha qualquer ferimento.

Esta desconfiança levou os especialistas da DIIP a aprofundar a investigação e a verificarem que a vítima mortal tinha também hematomas, apontando para uma agressão física antes do veículo capotar.

Resultado de várias diligências feitas, foi possível aferir que não se tratou de um acidente normal, mas sim, de um homicídio qualificado, protagonizado pelos familiares da vítima, a esposa e dois irmãos dela.

Diante destes dados, os três acusados foram detidos na última semana, em Luanda, e o caso foi encaminhado para a província do Bengo, onde serão julgados.

Uíge: Detido homem acusado de abusar sexualmente menor

26 de Agosto de 2024

Jornal de Angola

Valter Gomes



O Serviço de Investigação Criminal (SIC) no Uíge, no cumprimento de um mandado de captura, deteve, na passada quarta-feira, um homem, de 47 anos, acusado de ter abusado sexualmente uma criança de um ano e seis meses. O mandato de captura foi emitido pela Procuradoria-Geral da República (PGR),

soube, no domingo, o Jornal de Angola na região.

De acordo com o porta-voz do SIC no Uíge, subinspector criminal Zacarias Fernando, o facto aconteceu, no dia 30 de Abril último, no bairro Mbemba Ngangu, arredores da cidade do Uíge.

O implicado abusou da criança, de um ano e seis meses, enquanto os progenitores não estavam presentes, tendo causado lesões graves no órgão genital da menor.

Zacarias Fernando avançou que após o acto macabro o infractor colocou-se em fuga, abandonando a vítima com intensas dores e que momentos mais tarde foi levada para a unidade sanitária mais próxima.

"Mediante uma sequência investigativa foi possível a localização e detenção do acusado, que já foi presente ao Ministério Público para os procedimentos legais que se impõem", concluiu.

Adolescente de 14 anos suicida-se apos ter gravidez negada pelo namorado

29 de Agosto de 2024

Jornal o Pais

Uma tragédia abalou a província do Uíge nesta quarta-feira, quando Tereza Francisco, uma adolescente de 14 anos, tirou a própria nova após o namorado ter negado a paternidade da criança que ela carregava no ventre.

Tereza vivia com a mãe e os irmãos no bairro Ana Candande, nos arredores da cidade, enquanto o pai trabalha em Cabinda.

Governador pede maior socialização e inclusão

02 de Setembro de 2024
Jornal de Angola
Venâncio Victor | Malanje



O governador provincial de Malanje, Marcos Nhunga, defendeu, sexta-feira, a necessidade de se continuar a trabalhar para que as escolas sejam, cada vez mais, um espaço de socialização, inclusão e da igualdade do género. No discurso de abertura oficial do Ano Lectivo 2024-2025, o governador frisou que o Ano Lectivo que se avizinha traz inúmeros desafios e expectativas.

Marcos Nhunga sublinhou que a escola deve ser um espaço onde se deve cultivar, o respeito, a diferença e se promova a responsabilidade individual e colectiva.

Para o Ano Lectivo 2023/2024, destacou, foram matriculados um total de 432.602 alunos, dos quais 41.708 alunos na classe de iniciação, 229.141 alunos no Ensino Primário, 63.043 no Primeiro Ciclo do Ensino Secundário, 16.515 no II Ciclo do Ensino Secundário Geral, 30.021 no II Ciclo do Ensino Secundário Técnico-Profissional, 7.145 no II Ciclo do Ensino Secundário Pedagógico, e 45.029 na Educação de Jovens e Adultos.

Na ocasião, o governador informou que neste Ano Lectivo vão ser matriculados 399.607 alunos. A província de Malanje, acrescentou, conta com um total de 376 escolas que vão permitir o enquadramento de mais de sete mil novos alunos, bem como a admissão de 455 novos professores, que totaliza uma cifra de 8.705 docentes.

Marcos Nhunga apelou aos administradores municipais a trabalharem com o Gabinete Provincial da Educação, com o objectivo de melhorar o processo de ensino e aprendizagem.

Meninas em situação de Vulnerabilidade no Bairro 28 de Agosto com n novo lar de acolhimento

02 de Setembro de 2024
Jornal o Pais

Vinte e quatro meninas em situação de vulnerabilidade no bairro 28 de Agosto, propriamente na Lixeira, município do Kilamba Kiaxi, em Luanda, vão beneficiar de melhores condições com a inauguração do projecto Diversidade e inclusão, que visa acolher meninas provenientes de comunidades carentes.

O projecto Diversidade e inclusão é uma iniciativa da fundação Veronas Davit, situada no Golf 2, bairro Soba Kapassa, e tem como missão fornecer apoio e sustentabilidade para o bem-estar de meninas dos 10 aos 18 anos de idade que estejam a viver em condições de vulnerabilidade.

Idoso de 63 anos asfixia filha de três meses por desconfiar da paternidade

02 de Setembro de 2024

Jornal o País

Um cidadão de 63 anos de idade, no município de Viana, está a ser acusado de matar a filha por asfixia.

De acordo com o oficial de comunicação do Serviço de Investigação Criminal de Luanda, Emanuel Capita, o sexagenário conta que partiu para este acto por desconfiança de paternidade.

Jornalistas da Região Norte capacitados sobre protecção dos Direitos Humanos

03 de Setembro de 2024

Marcelo Manuel | Ndalatando

Jornal de Angola



Um grupo de jornalistas da Região Norte de Angola foi capacitado, na segunda-feira, em Ndalatando, província do Cuanza-Norte, sobre protecção e garantia dos direitos humanos, liberdade de imprensa e à informação. O evento de cariz nacional conta com 32 jornalistas de órgãos públicos e privados provenientes do Cuanza-Norte, Malanje, Uíge e Zaire.

Trata-se de uma iniciativa promovida, pela Rádio Ecclesia e o Sindicato dos Jornalistas Angolanos (SJA), para que os profissionais de Comunicação Social sejam dotados de técnicas de jornalismo de investigação e meios legais de acesso às fontes.

Segundo o secretário-geral do SJA, Teixeira Cândido, "hoje em dia basta ter acesso a

um telefone ou meios digitais para criar factos que muitos confundem com o exercício do jornalismo" e com mais ferramentas os jornalistas podem exercer melhor a sua função.

Durante a dissertação do primeiro painel, o prelector Nok Nogueira definiu o jornalismo de investigação como a exposição de coisas ocultas.

O também jornalista precisou que a Comunicação Social não é apenas para a exposição de pessoas ligadas ao Governo, mas está ligada à acção de desvendar comportamentos ou práticas lesivas ao interesse público e disse que tanto os políticos como o cidadão comum precisam do jornalismo de investigação para a salvaguarda dos direitos.

A formação que é financiada pela União Europeia, já está na segunda fase, no caso do Cuanza-Norte, durou dois dias.

Angola apresentou avanços no combate à violência doméstica

4 de Setembro de 2024

Jornal o País

Nilza Massango



A secretária de Estado para os Direitos Humanos, Ana Celeste Januário, apresentou terça-feira, à Comissão Africana dos Direitos e dos Povos, os avanços que o país tem registados no domínio dos Direitos Humanos, com o aumento de estabelecimentos penitenciários, a redução da população prisional em situação de excesso de prisão preventiva, bem como a questão da prevenção e combate à violência doméstica.

Ana Celeste Januário, que manteve um encontro, no Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, com o presidente da Comissão Africana, Rémy Ngoy Lumbu, falou também da questão da legislação relativa ao aborto, com a aprovação do Código Penal em Novembro de 2020, e que entrou em vigor em 2021, do casamento infantil, com a revisão do Artigo 24 do Código de Família, e os mecanismos de elaboração de relatórios existentes no país.

Em declarações à imprensa, a secretária de Estado para os Direitos Humanos disse que todas essas questões têm a ver com as sete principais recomendações dadas em 2016, pela Comissão Africana dos Direitos e dos Povos, que o país vem cumprindo até ao momento.

"Algumas das recomendações não podemos falar em cumprimento absoluto. Depois da visita da Comissão de 2016, Angola realizou acções no sentido de cumprir com as principais sete recomendações da Comissão ao país nesta altura", frisou, acrescentando que a informação que foi apresentada vai ser complementada a nível sectorial, uma vez que a Comissão tem encontros nos próximos dias com os Ministérios do Interior, da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, com a Provedoria de Justiça, Assembleia Nacional e com a sociedade civil.

"É que exactamente nós conseguimos fazer uma redução do número de cidadãos em situação de excesso de prisão preventiva relativamente ao período de 2016, e também aumentar o número de estabelecimentos penitenciários no mesmo período", garantiu.

Ana Celeste disse que a Comissão Africana foi ainda informada que em Angola existe uma comissão que é de referência a nível de África e, por isso, actua também como formadores de outras comissões.

"Os comissários vão poder também encontrar-se com os membros da nossa comissão que faz os relatórios e que fez este relatório que colocou Angola como um dos poucos países em África que, além de ratificar, também apresenta relatórios", disse, informando que o país vai apresentar três relatórios, da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, sobre os Direitos da Mulher em África e o relatório sobre as pessoas deslocadas internas em África. Ana Celeste Januário, que manteve um encontro, no Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, com o presidente da Comissão Africana, Rémy Ngoy Lumbu, falou também da questão da legislação relativa ao aborto, com a aprovação do Código Penal em Novembro de 2020, e que entrou em vigor em 2021, do casamento infantil, com a revisão do Artigo 24 do Código de Família, e os mecanismos de elaboração de relatórios existentes no país.

Em declarações à imprensa, a secretária de Estado para os Direitos Humanos disse que todas essas questões têm a ver com as sete principais recomendações dadas em 2016, pela Comissão Africana dos Direitos e dos Povos, que o país vem cumprindo até ao momento.

"Algumas das recomendações não podemos falar em cumprimento absoluto. Depois da visita da Comissão de 2016, Angola realizou acções no sentido de cumprir com as principais sete recomendações da Comissão ao país nesta altura", frisou, acrescentando que a informação que foi apresentada vai ser complementada a nível sectorial, uma vez que a Comissão tem encontros nos próximos dias com os Ministérios do Interior, da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, com a Provedoria de Justiça, Assembleia Nacional e com a sociedade civil.

"É que exactamente nós conseguimos fazer uma redução do número de cidadãos em situação de excesso de prisão preventiva relativamente ao período de 2016, e também aumentar o número de estabelecimentos penitenciários no mesmo período", garantiu.

Ana Celeste disse que a Comissão Africana foi ainda informada que em Angola existe uma comissão que é de referência a nível de África e, por isso, actua também como formadores de outras comissões.

"Os comissários vão poder também encontrar-se com os membros da nossa comissão que faz os relatórios e que fez este relatório que colocou Angola como um dos poucos países em África que, além de ratificar, também apresenta relatórios", disse, informando que o país vai apresentar três relatórios, da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, sobre os Direitos da Mulher em África e o relatório sobre as pessoas deslocadas internas em África.

Segundo a secretária de Estado, a Comissão vai estar em Angola, sobretudo na província de Luanda, com uma agenda bastante intensa, com encontros e visitas de constatação. Na terça-feira, antes de estar no Ministério da Justiça, a Comissão esteve no Ministério das Relações Exteriores.

A governante disse que Angola, além de realizar em 2014 uma sessão da Comissão Africana, a nº55, em 2016 recebeu uma visita de comissários da Comissão Africana, e de lá para cá, oito anos depois, o país voltou a convidar os membros da mesma Comissão para uma nova visita de promoção, para ajudar, verificar como é que Angola está em matéria de direitos humanos.

"Nós abordamos sobretudo as recomendações da Comissão de 2016, uma vez que o relatório já foi apresentado e Angola vai ter um diálogo com a Comissão agora em Outubro de 2024", informou.

Boa nota da Comissão

O presidente da Comissão Africana dos Direitos e dos Povos, Rémy Ngoy Lumbu, mostrou-se satisfeito com os avanços apresentados no encontro, onde foi possível tomar boa nota relativamente à questão do aumento dos estabelecimentos prisionais e outros.

"Desde 2016, que foi a nossa última visita aqui em Angola, nós conseguimos encontrar vários avanços relativamente à população carcerária. A senhora secretária de Estado contou-nos que tem três novos estabelecimentos prisionais para acolher a população carcerária e relativamente aos casamentos precoces, à violência doméstica também nos foram apresentados novos avanços que Angola fez", apontou.

Em declarações à imprensa, no final do encontro, disse que a Comissão vai partilhar os avanços alcançados por Angola com outros países do continente.

Acompanhado pela relatora dos Direitos Humanos do país, a comissária Marie Louise, o comissário Rémy Ngoy Lumbu destacou ainda a ratificação pelo país de três convenções relativas aos direitos humanos e à protecção de pessoas idosas.

Promoção dos Direitos Humanos

Ainda ontem, a secretária de Estado para as Relações Exteriores, Esmeralda Mendonça, garantiu que o Governo de Angola tem dedicado uma especial atenção à promoção e protecção dos Direitos Humanos, com o objectivo de garantir a dignidade das pessoas, os direitos fundamentais e a construção de uma sociedade livre, justa, solidária, de igualdade e progresso social.

Esmeralda Mendonça fez tais considerações durante um encontro mantido com a delegação da Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (CADHP), que se encontra no país a efectuar uma visita de trabalho desde segunda-feira, no âmbito da Promoção dos Direitos Humanos e dos Povos.

A responsável do Ministério das Relações Exteriores, Esmeralda Mendonça, salientou as iniciativas do Executivo angolano para adaptar a legislação nacional às diversas recomendações internacionais, sobretudo das Nações Unidas e da Comissão da União Africana, através da recém-aprovada Estratégia Nacional dos Direitos Humanos.

A embaixadora Esmeralda Mendonça explicou que Angola continuará a colaborar na troca de experiências e informações, bem como na assistência técnica com os seus parceiros multilaterais e bilaterais, visando o aprimoramento das questões relativas aos Direitos Humanos.

Segundo a secretária de Estado, a Comissão vai estar em Angola, sobretudo na província de Luanda, com uma agenda bastante intensa, com encontros e visitas de constatação. Na terça-feira, antes de estar no Ministério da Justiça, a Comissão esteve no Ministério das Relações Exteriores.

A governante disse que Angola, além de realizar em 2014 uma sessão da Comissão Africana, a nº55, em 2016 recebeu uma visita de comissários da Comissão Africana, e de lá para cá, oito anos depois, o país voltou a convidar os membros da mesma Comissão para uma nova visita de promoção, para ajudar, verificar como é que Angola está em matéria de direitos humanos.

"Nós abordamos sobretudo as recomendações da Comissão de 2016, uma vez que o relatório já foi apresentado e Angola vai ter um diálogo com a Comissão agora em Outubro de 2024", informou.

Boa nota da Comissão

O presidente da Comissão Africana dos Direitos e dos Povos, Rémy Ngoy Lumbu, mostrou-se satisfeito com os avanços apresentados no encontro, onde foi possível tomar boa nota relativamente à questão do aumento dos estabelecimentos prisionais e outros.

"Desde 2016, que foi a nossa última visita aqui em Angola, nós conseguimos encontrar vários avanços relativamente à população carcerária. A senhora secretária de Estado

contou-nos que tem três novos estabelecimentos prisionais para acolher a população carcerária e relativamente aos casamentos precoces, à violência doméstica também nos foram apresentados novos avanços que Angola fez”, apontou.

Em declarações à imprensa, no final do encontro, disse que a Comissão vai partilhar os avanços alcançados por Angola com outros países do continente.

Acompanhado pela relatora dos Direitos Humanos do país, a comissária Marie Louise, o comissário Rémy Ngoy Lumbu destacou ainda a ratificação pelo país de três convenções relativas aos direitos humanos e à protecção de pessoas idosas.

Promoção dos Direitos Humanos

Ainda ontem, a secretária de Estado para as Relações Exteriores, Esmeralda Mendonça, garantiu que o Governo de Angola tem dedicado uma especial atenção à promoção e protecção dos Direitos Humanos, com o objectivo de garantir a dignidade das pessoas, os direitos fundamentais e a construção de uma sociedade livre, justa, solidária, de igualdade e progresso social.

Esmeralda Mendonça fez tais considerações durante um encontro mantido com a delegação da Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (CADHP), que se encontra no país a efectuar uma visita de trabalho desde segunda-feira, no âmbito da Promoção dos Direitos Humanos e dos Povos.

A responsável do Ministério das Relações Exteriores, Esmeralda Mendonça, salientou as iniciativas do Executivo angolano para adaptar a legislação nacional às diversas recomendações internacionais, sobretudo das Nações Unidas e da Comissão da União Africana, através da recém-aprovada Estratégia Nacional dos Direitos Humanos.

A embaixadora Esmeralda Mendonça explicou que Angola continuará a colaborar na troca de experiências e informações, bem como na assistência técnica com os seus parceiros multilaterais e bilaterais, visando o aprimoramento das questões relativas aos Direitos Humanos. ~~

OMA garante apoio continuo a mulher portadora de deficiência

04 de Setembro de 2024

Jornal O PAIS

Neusa Felipe

Um fórum sobre a inclusão da mulher com deficiência visou reforçar iniciativas de solidariedade para com as pessoas mais vulneráveis e vítimas de discriminação social por deficiência.

A Organização da Mulher Angolana(OMA) realizou ontem, em Luanda, o primeiro fórum sobre a inclusão da mulher com deficiência, que decorreu sob o lema `` Conhecer para Entender e Entender para Incluir``

O evento, que se realizou em parceria com a Associação Angolana de Direito e Inclusão da Mulher com Deficiência, teve como objectivo reforçar as varias iniciativas de solidariedade perante a protecção e assistência as crianças, o cuidado com os lares da terceira idade e para com as mulheres portadoras de deficiência.

Na ocasião, a coordenadora da Comissão de Disciplina e Auditoria do Comité Nacional da OMA, Gracieth Sumbua, referiu que o Executivo, liderado pelo Presidente João Lourenço , tem estado a implementar um conjunto de politicas publicas que visam salvaguardar o interesse publico de toda a sociedade.

Sublinhou que as leis e os regulamentos aprovados para proporcionar o acesso ao emprego e aos serviços básicos de saúde e transportes públicos, bem como a avaliação sistémica do seu alcance, servem de reflexão em torno de outros benefícios e garantias, como e o caso do acesso facilitado a habitação por parte desta franja da população.

A responsável, que falava em representação da Secretária-geral da OMA, avançou que uma das bandeiras definidas pela Organização da Mulher Angolana e continuar a prestar uma maior atenção as pessoas e as famílias mais vulneráveis, dentre elas as vítimas de discriminação social por deficiência.

Aposta do PR na Igualdade de género

A Presidente da Associação Angolana de Direito e Inclusão da Mulher com Deficiência, Luísa Mendonça, reconheceu o engajamento do Presidente da Republica, João Lourenço, pelo seu foco na promoção da mulher e da juventude angolana.

``o seu apoio na luta pela igualdade de género deu uma grande abertura das mulheres em Angola, e os resultados são bastante satisfatórios `` , disse. O referido fórum representou, segundo Luísa Mendonça, uma das grandes acções pela qual a organização que dirige se tem engajado no âmbito da inclusão.

Urbanismo e Habitação

Hospital Geral do Cunene é inaugurado hoje



O Presidente da República, João Lourenço, inicia hoje uma jornada de campo à província do Cunene, que tem como ponto mais alto a inauguração do Hospital Geral de Ondjiva.

O complexo hospitalar, a ser hoje inaugurado, homenageia o saudoso general das Forças Armadas Angolanas (FAA) Simione Mucune, que era natural desta província do extremo Sul do país.

De acordo com a informação avançada pelo secretário do Presidente da República para os Assuntos de Comunicação Institucional e de Imprensa, o Titular do Poder Executivo conduz, amanhã, o Conselho de Governação Local, que vai juntar todos os governos provinciais e ministros que respondem pelo pelouro do Executivo.

O Conselho de Governação Local é um encontro amplo, onde o estado de cada província é avaliado ao detalhe, com realce para os projectos em curso e do futuro, assim como os constrangimentos encontrados para a materialização de alguns programas.

Segundo o secretário Luís Fernando, o exercício permite ter sobre a mesa a situação real e corrigir os constrangimentos que ameaçam a evolução dos projectos, ao ritmo que o país e os cidadãos esperam.

De recordar que esta reunião do Conselho de Governação Local foi marcada pelo próprio Presidente da República, João Lourenço, há poucas semanas, durante a cerimónia de tomada de posse dos governadores de Cabinda, Cuanza-Sul, Huambo, Lunda-Norte e vice-governadores.

O comunicado realça o facto deste encontro reunir todos os governos provinciais, em particular pelas seis governadoras provinciais, número que eleva consideravelmente as mulheres no quadro da governação angolana.

No domingo, o Presidente João Lourenço segue para o município de Cuvelai, onde está a ser construída a Barragem do Ndue, dentro das iniciativas do Governo para se combater os efeitos da seca na crítica Região do Sul de Angola.

O gigante hídrico vai beneficiar mais de 50 mil famílias e assegurar água para cerca de 60 mil cabeças de gado.

Cuanza-Norte: Governador dá chaves de residências a famílias



Após quatro anos de espera, a expectativa finalmente se transformou em realidade para as 31 famílias que, em Ndalatando, foram vítimas das chuvas intensas do dia 3 de Abril de 2020.

As famílias, que se encontravam abrigadas em casas contentorizadas, no Bairro Sambizanga, começaram a receber, sexta-feira, moradias do tipo T-3 no novo projecto habitacional, no Quilómetro Onze.

A entrega das primeiras chaves foi feita, pessoalmente, pelo governador da província, João Diogo Gaspar.

A reacção dos beneficiários foi de gratidão, marcado por satisfação e euforia. Tércio do Espírito Santo, que durante a cerimónia leu uma mensagem em representação dos demais beneficiários, expressou o agradecimento ao Governo Provincial, salientando que a entrega das residências acontece num momento oportuno, dada a aproximação da época chuvosa.

O administrador municipal do Cazengo, Fernandino Leitão, destacou a importância do acto, afirmando que o objectivo principal é proporcionar mais dignidade aos munícipes que tinham sido vítimas das chuvas.

O ponto alto da cerimónia foi a assinatura dos termos de entrega e a distribuição das chaves para as famílias, simbolizando um novo começo e segurança habitacional para todos os contemplados.

Lunda-Sul: Grupos vulneráveis recebem mais apoio

12 de Agosto de 2024
Jornal de Angola
Kamuanga Júlia | Saurimo



A administração municipal de Cacolo, na Lunda-Sul, iniciou, sábado, o processo de distribuição de chapas de zinco a 31 famílias em situação de vulnerabilidade, a fim de facilitar a construção de casas em zonas seguras. Durante o acto, que decorreu por iniciativa da Comissão Técnica de

Gestão do Orçamento Participativo, o administrador municipal-adjunto de Cacolo disse que o gesto vai ajudar a suprir inúmeras dificuldades que as famílias enfrentam.

João Quinzol reiterou, igualmente, o compromisso de continuar a trabalhar, afincadamente, para apoiar as famílias de outras localidades.

O coordenador-adjunto da Comissão Técnica de Gestão do Orçamento Participativo, Wilson Micana, informou que a carteira de projectos reserva várias acções do género para que as famílias consigam reduzir algumas dificuldades.

Satisfeita com o apoio, a munícipe Ana Esperança expressou gratidão ao ser contemplada com 25 chapas de zinco. "Esperamos que o Governo continue a apoiar outras famílias na mesma situação", disse.

Cuanza-Norte: Colocada primeira pedra para construção da sede da AGT

29 de Agosto de 2024

Jornal de Angola

Marcelo Manuel | Ndalatando



A primeira pedra para a construção da sede da Repartição Fiscal da Agência Geral Tributária de Ndalatando (AGT), na província do Cuanza-Norte, foi colocada, hoje, pelo governador local, João Diogo Gaspar. O empreendimento está a ser erguido na zona de Catome de baixo, junto do Instituto Superior Politécnico de Ndalatando, e está

a ser projectado com áreas de arquivos, gabinetes, área técnica, guarida para a polícia fiscal, espaços sanitários, áreas de electricidade e telecomunicações.

Segundo o chefe da AGT em Ndalatando, Felício Biz, os trabalhos de execução física durarão 12 meses e estão orçados em mais de 644 milhões de Kwanzas.

Por sua vez, o empreiteiro da obra, António Madaleno, precisou que depois da primeira pedra ter sido colocada iniciarão as intervenções de terraplanagem, a implementação do betão armado para as fundações, alvenaria, canalização, serralharia e caixilharia.

A infra-estrutura a ser projectada numa área total de 1.500 metros quadrados, da qual 615 metros quadrados de área útil, que assegurarão cerca de 100 postos de trabalho, dos quais ocupada por 30% dos jovens contratados locais.

Na ocasião, o director da segunda região tributária de Angola, que compreende as províncias do Uíge, Malanje e Cuanza-Norte, Ivo Nhany, frisou que a construção do imóvel fica marcada para a história da instituição, por ser o primeiro do género em Ndalatando.

Responde aos desígnios dos serviços tributários e pode servir melhor os contribuintes e funcionários da AGT com uma actuação mais profissional.

Já o governador do Cuanza-Norte, João Diogo Gaspar, louvou a decisão da estrutura central da AGT de construir um edifício destes na capital do Cuanza-Norte que por sua estrutura arquitectónica vai melhorar a paisagem urbana da cidade.

Apelou, ainda, aos gestores da empresa para que construam um condomínio para dar uma melhor acomodação aos técnicos locais.

Administração de Talatona demole mais de 100 casas e uma igreja

21 de Agosto de 2024

Jornal Angola 24 horas



Talatona – Pelo menos 100 casas e um templo foram demolidas terça-feira, no distrito da Cidade Universitária, município de Talatona, em Luanda, devido à ocupação ilegal de terrenos, informou o administrador municipal adjunto, Mauro Lucas.

Em declarações à TV ZIMBO, sublinhou que as ocupações são realizadas por indivíduos já identificados e organizados, que utilizam "as mães indefesas e vulneráveis" para se apropriarem dos espaços.

Questionado sobre o porquê que se permite a construção das casas para depois demoli-las, afirmou que a administração perde o controlo porque muitas construções ocorrem na calada da noite e aos fins de semana.

"Devido à dificuldade de acesso, nem sempre conseguimos identificar as obras em andamento, e muitas delas realizadas à noite, mesmo sem iluminação pública", explicou.

Em relação à construção das igrejas, disse que, quando a administração tentava dialogar, acabava em conflito, o que resultou na demolição. "Houve aviso prévio e, por este facto, demolimos", disse.

Sobre a indemnização aos lesados, Mauro Lucas disse que não serão ressarcidos, pois se trata de um espaço cadastrado e que já possui proprietários.

Admitiu a possibilidade de certos funcionários estarem envolvidos na venda de tais terrenos, e que não têm ligação com a área de legalização e licenciamento de obras, mas que passam informações inadequadas.

Acrescentou que muitos munícipes, por não quererem esperar pelos prazos da emissão das licenças para obras ou cumprir pelos procedimentos administrativos, começam a construir de forma irregular.

Por este facto, reportou, a administração tem estado a realizar trabalhos de sensibilização para que os cidadãos legalizem os terrenos.

Ressaltou ainda que os proprietários a nível do município devem vistoriar os seus terrenos, pois muitos ao não visitarem as suas terras por longos períodos, acabam por encontrar construções ilegais.

Na ocasião, o administrador municipal adjunto informou que muitos supostos proprietários não conseguem provar a titularidade dos espaços, enquanto outros alegam terem herdados dos ancestrais.

O município de Talatona é composto por seis distritos urbanos e uma comuna, nomeadamente Talatona Sede, Benfica, Futungo de Belas, Lar do Patriota, Camama, Cidade Universitária e Mussulo.

Camuciuo ganha posto de saúde reabilitado

29 de Agosto de 2024

Jornal de Angola

João Luhaco | Moçâmedes



O município do Camuciuo, na província do Namibe, ganhou, esta quinta-feira, um posto de saúde reabilitado, na localidade de Caluvundo, no quadro do Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate a Pobreza (PIDLCP). A sede municipal do Camuciuo

beneficiou, igualmente, da ampliação de duas salas de aula no colégio 7C, com os recursos financeiros das Despesas de Apoio ao Desenvolvimento (DAD), um gerador novo no Hospital local, e uma sala de leitura para a escola 1k, com a oferta de 1.000 livros.

A entrega dos equipamentos sociais foi feita pelo governador do Namibe que orientou, também, a VI Sessão Ordinária do Governo Provincial no Camuciuo.

Na ocasião, Archer Mangueira constatou, ainda, o funcionamento da cozinha comunitária e o projecto de melhoria da iluminação pública.



05 de Setembro de 2024

Os trabalhos em curso de construção da Refinaria de Cabinda “correm a bom ritmo” e registam um grau de execução financeira de 72 por cento e 64 por cento de execução física, com previsão para entrada em funcionamento em Julho do próximo ano.

A informação foi avançada pelo vice-governador para os serviços Técnicos e Infra-estruturas de Cabinda, Agostinho da Silva, nesta quinta-feira, 5 de Setembro, em Luanda, no final da 4.^a da Reunião do Conselho Nacional de Obras Públicas (CNOP), orientada pelo ministro de Estado para Coordenação Económica, José de Lima Massano.

A reunião visou, entre outros assuntos, abordar a evolução integrada dos projectos estruturantes e o ponto de situação dos planos directores a nível municipal, no quadro do ordenamento territorial.

“O projecto está a bom ritmo e o senhor ministro dos Petróleos fez um ponto de situação, durante o qual identificou que até, provavelmente, o próximo ano, estamos a encarar até Julho, pode estar operacional”, disse.

Uma vez em funcionamento, a Refinaria de Cabinda criará valor acrescentado para a economia angolana e, em particular, reduzirá a sua dependência da importação de combustíveis.

Nesta 4.^a reunião do CNOP, foi igualmente feito o ponto de situação sobre a evolução das obras do Aeroporto de Mbanza Congo, na província do Zaire, as infra-estruturas integradas da cidade do Sumbe e do hospital local, no Cuanza Sul, do hospital de Ndalatando, no Cuanza Norte, e do Aeroporto de Cabinda, em termos de execução física e financeira.

Segundo o vice-governador, o trabalho de desminagem e geotécnico no Aeroporto de Cabinda está concluído e neste momento decorrem estudos do impacto ambiental.

Relativamente ao ponto de situação dos Planos Directores Municipais (PDM), a directora do Gabinete Técnico do CNOP, Teresa Pedro, disse que no decorrer deste ano, em

coordenação com o Ministério do Planeamento, serão elaborados os planos directores e urbanísticos, com o financiamento do Banco Mundial.

Teresa Pedro informou que as obras que decorrem na província do Cuanza Sul, concretamente na cidade do Sumbe, já estão integradas e que vão apoiar os projectos em curso nesta cidade, como é o caso do Hospital Geral do Sumbe.

O Conselho Nacional de Obras Públicas é o órgão de apoio consultivo, encarregue da planificação, supervisão e acompanhamento da execução de projectos de obras públicas relevantes e de grande complexidade técnica e com implicações económicas, sociais ou ambientais significativas.

Compete também ao CNOP o acompanhamento de investimentos de natureza privada com impactos directos e imediatos sobre as infra-estruturas públicas ou implicações sociais significativas que assegurem preventivamente a sua harmonização, com vista à salvaguarda da eficiência, eficácia e a adequação técnica e urbanística.

Obras da Refinaria de Cabinda registam 64 por cento de execução física

Microfinanças

Executivo investe mais de 85 mil milhões de kwanzas na agricultura familiar

04 de Agosto de 2024
Jornal de Angola



Com o objectivo de acelerar a agricultura familiar, reforçar a segurança alimentar e aumentar a produtividade, o Executivo lançou o projecto "Osi Yetu", visando também a sustentabilidade das famílias dedicadas à agricultura.

A informação foi prestada à imprensa pelo ministro da Agricultura e Pescas, António Francisco de

Assis, depois da 1.ª Reunião Ordinária do Conselho de Governação Local, realizada, sábado, na cidade de Ondjiva, Cunene, sob orientação do Presidente da República, João Lourenço.

O projecto "Osi Yetu" tem um orçamento global de 85.7 mil milhões de kwanzas, para ser utilizado no período de 2023 a 2026.

Este montante será distribuído através do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Agrário

(FADA), em colaboração com o Instituto do Desenvolvimento Agrário (IDA) e o Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFOP) para capacitar os beneficiários.

FADA disponibiliza crédito de 2,9 mil milhões de kwanzas para pequenos produtores

05 de Agosto de 2024

Jornal de Angola

Ana Paulo



O programa de crédito Agrojovem permitiu, até agora, disponibilizar um montante de 2.900 milhões de kwanzas, volume que beneficiou 450 jovens, informou a presidente do Conselho de Administração do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Agrário (FADA),

Felisbela Francisco.

Os produtos financeiros que o FADA tem disponibilizado de 2020 até Junho do corrente ano, visam promover a inclusão dos jovens no sector financeiro, fomentar o auto-emprego e contribuir para a redução do êxodo rural. Felisbela Francisco realçou que o FADA tem assinado memorandos de entendimento com algumas instituições parceiras, nomeadamente, o Conselho Nacional da Juventude (CNJ), Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFOP), institutos técnicos agrários e outros.

Fomento da produção

No âmbito da sua estratégia de Fomento da Produção Agrária, o FADA segundo explicou Felisbela Francisco, tem também celebrado acordos de parceria com empresas e fazendas âncoras, dotadas de melhores práticas agrícolas, com vista a prestarem assistência técnica e garantia da compra da produção dos pequenos agricultores.

Até agora foram celebrados nove memorandos de entendimento com empresas âncoras, destacando-se a empresa IALURC, situada na província do Huambo, onde o FADA conseguiu financiar mais de 140 famílias camponesas, tendo beneficiado um crédito no valor de 510 milhões de kwanzas. O montante será aplicado para a produção de milho e trigo.

O financiamento resultou, também, na cobertura de 715 hectares de terra semeada, bem como a colheita de 80 hectares, equivalente a 121 toneladas de milho, sendo que "os beneficiários já estão a processar o reembolso".

Na província da Huíla, foi igualmente assinado um memorando de entendimento com uma empresa, onde o FADA apoiou 98 famílias, no âmbito do crédito de campanha agrícola.

A linha de apoio visou apoiar a produção de cebola, batata-rena e doce, numa área de 208 hectares, com previsão de colher mais de três mil toneladas.

Com a Fazenda Vinevala, situada na província do Bié, o FADA também assinou um memorando de entendimento, tendo resultado no financiamento de 230 agricultores que vão produzir trigo, numa área de 237 hectares.

Com esta aposta, prevê-se uma colheita de 284 toneladas, que depois será comercializada pela fazenda "âncora".

Na província do Cuando Cubango, a instituição assinou igualmente um acordo que permitirá financiar 420 agricultores especializados na produção de arroz, milho e trigo, numa área de 1.700 hectares.

"A previsão é que sejam colhidos mais de três mil hectares de produtos", sublinhou Felisbela Francisco que acrescentou, fazem parte também da lista de parceiros estratégicos, o Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA), a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), assim como o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), entre outros.

FADA apoia o fomento do agronegócio

Para o triénio 2023-2026, o FADA definiu quatro grandes pilares estratégicos de apoio ao agronegócio, nomeadamente, o fomento e diversificação da produtividade agrícola, com maior realce na robustez financeira e sustentabilidade da instituição, sistema, processos e organização interna, bem como, responsabilidade social e ambiental.

Para o cumprimento dos pilares, estão disponíveis financiamentos agrupados em oito linhas de financiamento, desde o apoio à produção, que visa financiar a aquisição de insumos ou factores de produção, como são os casos das sementes, fertilizantes e agrotóxicos.

A linha de financiamento visa financiar a aquisição de equipamentos agrícolas, desde tractores, motocultivadores, sistemas de irrigação, motobomba, motosserras, e outros equipamentos.

Existe igualmente as Caixas Comunitárias que são linhas de apoio que visam reforçar as cooperativas agrícolas, incluindo, linha de apoio à pecuária, com realce ao crédito para a produção de suinicultura, apicultura, caprinicultura e a piscicultura. Os jovens e a mulher rural são, também, parte dos beneficiários, sobretudo para a produção de café, cacau, mel, algodão, girassol e palmar.

Governo angolano lança fundo de 500 milhões de dólares para emprego juvenil, economistas pedem transparência

agosto 07, 2024

Jornal VOA Português

Coque Mukuta



LUANDA — O Fundo Nacional para o Emprego de Angola (FUNEA), braço financeiro da Agenda Nacional para o Emprego, tem um valor de 500 milhões de dólares para criar e apoiar projetos de iniciativas públicas e privadas geradoras de emprego.

Economistas felicitam a iniciativa anunciada nesta segunda-feira, 6, mas pedem transparência e alocação de recursos. O economista Anastácio Domingos é de opinião que o FUNEA será essencial para financiar iniciativas que fomentem o emprego jovem e sustentem o desenvolvimento das cooperativas.

Ele acentua, no entanto, que a alocação eficiente dos recursos será crucial para o sucesso do programa e que deve haver mecanismos de monitoria e avaliação para que os objetivos sejam alcançados.

Domingos acrescenta que o programa só terá resultados se houver transparência neste fundo.

“Não sei como é que vai se articular esta questão, porque já existem outros programas de apoio à produção, por exemplo, como o PAC, que até hoje ainda não temos balanços e resultados que estes programas, portanto, os resultados criaram estes programas”, lembra o economista, para quem “todos os mecanismos que o Executivo põe em marcha para mitigar o problema de emprego devem ser melhor articulados e apoiados por todos, de modo a reduzirmos consideravelmente as taxas de desemprego”.

E conclui que “o programa só terá resultados se houver transparência no processo, comprometimento por parte dos atores envolvidos.” Por seu lado, o também economista Nataniel Fernandes oferece uma perspectiva complementar e enfatiza a importância de uma gestão transparente e da colaboração entre o Governo e o setor privado.

Fernandes argumenta que o envolvimento das empresas privadas pode aumentar a eficácia das cooperativas e ampliar as oportunidades de emprego, “porque o meio para se combater o desemprego é o trabalho de capacitar as pessoas”.

“Para que o FUNEA realmente funcione bem, vai precisar de uma administração transparente e responsável. Ou seja, cada kwanza que entrar no Fundo precisa

realmente contar para a missão que se propõe, que é o emprego. E não pode ser nem desperdiçado, nem desviado", lembra Fernandes.

Na cerimónia de lançamento do FUNEA, a ministra da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, Teresa Dias, disse que serão criadas cooperativas de jovens voltadas para a prestação de serviços comunitários, que vão gerar rendimentos ao nível das administrações municipais, proporcionando oportunidades de emprego local.

O Fundo irá operar através de concursos públicos abertos a jovens empreendedores e organizações comunitárias e para participar, os candidatos devem ser cidadãos angolanos com idade entre 18 e 35 anos, apresentar um projeto detalhado que demonstre viabilidade técnica e financeira, ter experiência prévia ou formação relevante na área de atuação proposta e comprometer-se a empregar uma percentagem significativa de mão-de-obra local.



08 de Agosto de 2024

Governo quer maior dinamismo da AIPEX

O Governo quer maior dinamismo da Agência de Investimento Privado e Promoção das Exportações (AIPEX) para atracção de investidores.

O desafio foi lançado pelo ministro de Estado para a Coordenação Económica, José de Lima Massano, nesta quarta-feira, 7 de Agosto, em Luanda, durante o acto de tomada de posse de Sérgio Amado e Jerónimo Pongolola, recentemente nomeados administradores executivos da AIPEX.

Aos novos administradores, que completam o Conselho de Administração da agência de investimento, José de Lima Massano recomendou o acompanhamento dos investimentos, para assegurar os benefícios esperados para a economia, para os cidadãos, assim como o seu retorno.

O ministro de Estado agradeceu aos funcionários pelo apoio prestado para as transformações em curso na AIPEX.



Por sua vez, o presidente do Conselho de Administração da Agência de Investimento Privado e Promoção das Exportações (AIPEX), Arlindo das Chagas Rangel, exortou aos governadores provinciais a criarem incentivos para atrair mais investidores nas diversas áreas, no quadro da diversificação da economia.

“O nosso papel é acelerar e dinamizar os projectos com os apoios, quer institucionais, quer aduaneiros e fiscais”, disse.

Arlindo das Chagas Rangel avançou, por outro lado, que existe preferência dos investidores pela zona do litoral, onde têm infra-estruturas maiores e mão -de -obra qualificada.

O PCA da AIPEX frisou que recebem manifestações de interesse em investir na agricultura e na indústria, pelo facto destes projectos terem maiores incentivos.

A prioridade do Governo, lembrou o responsável, passa pela segurança alimentar, daí a maior aposta nos sectores da agricultura, indústria, turismo, saúde e infra-estruturas.

Na ocasião, Jerónimo Pongolola disse que o foco é conseguir trazer investimento privado para o mercado nacional, uma vez que o país está preparado para que as pessoas possam trabalhar nos sectores prioritários.

Quanto à exportação, disse que o país já identificou produtos que podem ser exportados e estão a trabalhar para a sua inserção no mercado estrangeiro.

A Agência de Investimento Privado e Promoção das Exportações de Angola (AIPEX) está vocacionada para a promoção das exportações, captação de investimento privado, registo de propostas de investimento, de apoio institucional e desenvolvimento da execução dos projectos de investimento e internacionalização das empresas angolanas.



Governo vai incrementar níveis de inclusão financeira

13 de Setembro de 2024

O Governo realiza, ainda este ano, consulta pública para recolher contribuições para a elaboração da Estratégia Nacional de Inclusão Financeira, com objectivo de incrementar os níveis de literacia, actualmente abaixo de 50 por cento.

A Estratégia Nacional será apresentada no primeiro trimestre do próximo ano, segundo o director de Departamento da Inclusão Financeira do Banco Nacional de Angola, Edilson Pimenta, que falava nesta quinta-feira, 12 de Setembro, em Luanda, no final da terceira sessão do Comité de Coordenação da Estratégia Nacional de Inclusão Financeira, orientada pelo ministro de Estado para a Coordenação Económica, José de Lima Massano.

“A perspectiva é termos até Novembro o primeiro esboço da estratégia. Teremos a segunda missão do Banco Mundial, onde, em concertação com a equipa técnica e depois com a orientação deste Comité, iremos passar a consulta pública, em Dezembro. A intenção é lançar a Estratégia até ao primeiro trimestre do próximo ano”, asseverou.

Os resultados do balanço da missão, ocorrida de 15 a 23 de Julho, do Banco Mundial a Angola, revelam níveis baixos de inclusão e literacia financeira.

Para Edilson Pimenta, precisa-se incrementar “rapidamente” os níveis de bancarização e de inclusão financeira.

O bancário revelou, igualmente, que o maior constrangimento para a inclusão financeira é o nível baixo de identificação da população.

Para se pôr cobro a esta realidade, existe um programa de massificação de bilhetes de identidade que espera identificar 80 por cento da população em 2025.

Sobre a inserção de conteúdos de literacia financeira no sistema de ensino, o director avançou que decorrem trabalhos de uniformização dos conteúdos pelo facto de existirem trabalhos feitos de forma isolada pelos reguladores, como é o caso da Agência Angolana de Regulação e Supervisão de Seguros (ARSEG), Banco Nacional de Angola (BNA) e Administração Geral Tributária (AGT), este último com conteúdo sobre literacia fiscal.

“O que estamos a fazer é uniformizar estas intenções e termos os manuais consolidados com informações de todos os reguladores e partes interessadas e assim partimos para uma literacia financeira nas escolas de forma concertada”, esclareceu.

Por sua vez, o presidente da Associação das Sociedades Prestadoras de Serviços de Pagamentos de Angola, Nuno Viegas, garantiu apoio da associação, com menos de um ano de existência, para a implementação da Estratégia de Inclusão e Financeira.

“O que estamos a fazer é consolidar as várias estratégias e termos um alinhamento único para que possamos ser mais proveitosos nas nossas iniciativas e, em conjunto, apoiar a estratégia do Governo de inclusão financeira”, realçou.

Na reunião, os participantes foram informados sobre a funcionalidade do novo instrumento de pagamentos de Angola, denominado KWiK, lançado em Outubro de 2023, que permite enviar dinheiro e pagar num instante, a qualquer hora do dia e em qualquer lugar, bastando ter uma conta de pagamento KWiK em qualquer banco ou carteira móvel.

De acordo com a directora do Sistema de Pagamento do BNA, Cristina Chingango, nesta primeira fase do projecto estão isentos os custos de transferências, aguardando-se pelos resultados da avaliação em curso para o custo do utilizador final.

Cristina Chingango apelou ao uso do código QR para a realização de pagamento digital, mesmo sem a presença do cartão multicaixa, e anunciou a expansão do projecto KWiK nas mais diversas áreas do sector económico.

O Comité tem como missão definir os princípios orientadores da Estratégia Nacional de Inclusão Financeira (ENIF), dinamizar iniciativas tendentes à sua concretização, assim como realizar estudos de diagnóstico, mediante avaliação analítica e profunda sobre o estado da inclusão financeira em todo o território nacional.

O Presidente da República, João Lourenço, criou o CCENIF, por via do Decreto Presidencial 201/23, de 25 de Agosto, com vista a aumentar os níveis de acesso da população e empresas aos produtos e serviços financeiros.

Coordenado pelo ministro de Estado para a Coordenação Económica, o Comité integra os ministros das Finanças, Planeamento, Acção Social, Família e Promoção da Mulher, Justiça e dos Direitos Humanos, Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social, Educação e o coordenador do Conselho de Supervisores do Sistema Financeiro.



Primeira Dama da República participa no II Fórum de Economistas da CPLP

28 de Setembro de 2024

A Primeira Dama da República de Angola, Ana Dias Lourenço, participou do II Fórum de Economistas da Associação Lusófona de Economia (ALECON) esta sexta-feira, 27 de Setembro, na sede da União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa UCCLA, em Lisboa, Portugal.

Na ocasião, a Primeira Dama da República de Angola efectuou o elogio de homenagem ao Professor Américo Henriques Ramos dos Santos, a quem foi atribuído o título honorífico de Economista Emérito, pela sua relevante contribuição ao desenvolvimento das ciências económicas a nível nacional e internacional.

A Primeira Dama da República enfatizou a contribuição do Professor Américo dos Santos, com quem estabeleceu uma relação profissional sólida ao longo de muitos anos de trabalho e cooperação, no exercício da sua função como ministra do Planeamento, de 1999 a 2012, cujo apoio circunscreveu-se à capacitação e reciclagem de quadros angolanos, tendo a notoriedade intelectual daquele profissional se constituído em factor mobilizador e progresso alcançado em matéria de programação e gestão do investimento público.

Ana Dias Lourenço realçou, igualmente, a valiosa contribuição para a edificação do Sistema Nacional do Planeamento, quer do ponto de vista instrumental e metodológico, quer do ponto de vista da integração de técnicos com a capacidade para a concepção de gestão do planeamento económico.

Com o apoio e coordenação técnica do Professor Américo Ramos dos Santos, Angola, no período entre 2003 e 2004, concebeu o seu primeiro instrumento de Planeamento Prospectivo Pós-Independência, designado Estratégia de Longo Prazo “Angola 2025”, com o qual foi inaugurada uma nova era na história do Planeamento.

A elaboração da Estratégia “Angola 2025” representou, para Ana Dias Lourenço, um período relevante de dois anos de debate sobre as grandes questões económicas e sociais, tendo sido uma constante num país em que o processo de reconstrução, em geral, e, em particular, de reabilitação de infraestruturas básicas e essenciais à população era a prioridade num contexto económico e social que exigia de todos os angolanos, para além de parcimônia, escolhas públicas orientadas para a maximização da satisfação das necessidades.

A nível da CPLP, face à necessidade que se impunha em termos de alteração do sistema económico e à capacidade técnica requerida, Américo Dos Santos concedeu acções de consultoria no domínio do planeamento económico e sectorial.

A cerimónia foi igualmente prestigiada com a presença do Presidente da República de Portugal, Marcelo Rebelo de Sousa, que considerou o momento jubiloso e inesquecível, tendo condecorado o homenageado, pelo seu distinto percurso profissional.

Durante o Fórum de Economistas da Associação Lusófona de Economista (ALECON) foram abordados temas relacionados com o papel dos agentes económicos na política de cooperação, a UE, a multipolaridade e a lusofonia, o papel da CPLP na economia global, apresentados por bastonários das diferentes ordens, Vice -Primeiro- Ministro de Cabo Verde, Presidente do Banco Central de Cabo Verde, entre outros.

O Fórum é uma actividade bienal, realizada de forma rotativa nos países da CPLP, com o objectivo de contribuir para o reforço da qualidade do ensino e da formação nas diferentes áreas e especialidades da ciência económica e valorização dos princípios e valores da ética, da exigência e da responsabilidade profissional.

Petróleo fecha em alta nos 79,39 dólares

10 de Agosto de 2024
Jornal de Angola



O preço do petróleo para entrega em Outubro fechou, ontem, nos 79,39 dólares por barril, registando um avanço leve em relação aos dados do mercado do dia anterior.

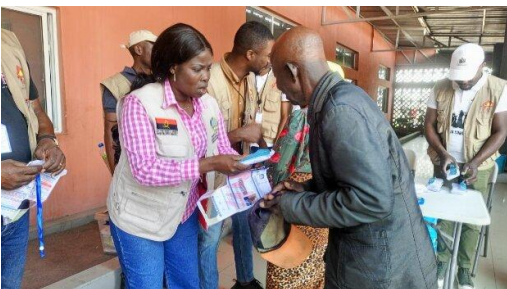
Na quinta-feira, o petróleo subiu pela terceira sessão consecutiva, depois que dados de emprego nos Estados Unidos aliviaram preocupações com a demanda e a guerra no Oriente Médio ajudou os preços a se recuperarem da mínima de oito meses na segunda-feira.

Os futuros do Brent fecharam em alta de 0,83 dólares ou 1,06 dólares a 79,16 dólares o barril.

Os preços foram impulsionados depois que dados mostraram que o número de norte-americanos que entraram com novos pedidos de auxílio-desemprego caiu mais do que o esperado na semana passada, sugerindo que os temores de que o mercado de trabalho está a se desintegrar eram exagerados.

Moxico: Mais de 17 mil famílias beneficiam do Kwenda

19 de Agosto de 2024
Jornal de Angola
José Rufino | Luena



O Programa de Transferências Monetárias Kwenda beneficiou 17.790 famílias em condições vulneráveis no município do Luau, província do Moxico. No acto de entrega cada família recebeu 132 mil Kwanzas, o que corresponde à quarta e à quinta fase de prestação monetária para os beneficiários cadastrados.

De acordo com o director do Fundo de Acção Social (FAS) no Moxico, Simão Paiata "são recursos que têm estado a permitir as famílias melhorarem as suas vidas através da criação pequenos negócios de geração de rendimentos", sublinhou.

A próxima entrega de valores irá contemplar as famílias do Alto-Zambeze, Luacano e Cameia, acrescentou.

"Tão logo que haja condições financeiras faremos as devidas prestações a estas localidades onde já cumprimos o processo de cadastramento desde o ano passado", concluiu.

Lunda-Norte: FADA desembolsa 290 milhões de Kwanzas em 26 projectos

19 de Agosto de 2024

Jornal de Angola

Armando Sapalo | Dundo



O Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Agrário (FADA) aprovou, no início deste ano para a província da Lunda-Norte, 45 projectos avaliados em 500 milhões de kwanzas, e desembolsou 290 milhões que beneficiaram 26 produtores ligados à agricultura familiar. A informação foi prestada, hoje,

à imprensa, no Dundo pelo técnico da direcção de Crédito do FADA, Adão Matari, à margem da apresentação de produtos e equipamentos de mecanização agrícola financiados pela instituição.

Na ocasião, explicou que a iniciativa está inserida no Programa de Aceleração da Agricultura Familiar e Segurança Alimentar, designado pelo programa OSI YETU.

Afirmou, ainda, que com a linha de financiamento a pretensão é de impulsionar a agricultura familiar e dar sustentabilidade à produção de alimentos mediante a criação de condições para uma actividade mecanizada.

Njila disponibiliza mais de 500 milhões de kwanzas para melhoria de serviços

28 de Agosto de 2024

Jornal de Angola

Estanislau Costa | Lubango



O Projecto Njila vai disponibilizar um valor estimado em 590 milhões de kwanzas para a materialização de vários projectos de impacto socioeconómico no quadro da melhoria dos serviços sociais básicos das famílias do município de Caconda. O projecto está enquadrado na

governança para a melhoria dos serviços no país e comporta acções para uma gestão mais sustentável com transparência e eficiência nos sectores da Saúde, Educação,

Saneamento Básico e dos Direitos Humanos.

O envolvimento dos membros do Conselho de Auscultação das Comunidades consta do programa para permitir que sejam os próprios beneficiários do Njila a tomarem parte das iniciativas a desenvolver para o bem-estar das famílias.

De acordo com o director do Gabinete de Estudos e Planeamento e Estatística de Caconda, Isaú José, foram definidas acções concretas para os sectores da Educação, sobretudo com a construção e reabilitação de escolas, assim como Saúde, onde as autoridades e comunidades optaram pelo combate à desnutrição numa das áreas da Pediatria.

Consta, também, do plano a construção dum sistema de captação e abastecimento de água potável nas comunas do Cusse, Gungui assim como um parque para lazer e recreação e lojas dos registos para evitar solucionar a falta de documentos de recém-nascidos e de outros residentes.

O município da Caconda fica a 230 quilómetros a norte da cidade do Lubango.



06 de Setembro de 2024

Angola prepara Cimeira de Negócios EUA-África

Angola prepara-se para acolher a 17.^a Cimeira de Negócios Estados Unidos da América-África, a ter lugar em Junho de 2025, em Luanda.

Para o efeito, o Presidente da República, João Lourenço, determinou a criação de um Grupo de Trabalho, encarregue de preparar, coordenar e organizar as tarefas inerentes às responsabilidades de Angola.

De acordo com o Despacho Presidencial n.º 204/24 de 3 de Setembro, o Grupo de Trabalho será coordenado pelo ministro de Estado para a Coordenação Económica, tendo como adjunto o titular da Indústria e Comércio.

O grupo integra ainda os ministros das Relações Exteriores, Interior, Finanças, Planeamento, Transportes, Telecomunicações Tecnologias de Informação e Comunicação Social, Saúde, Cultura, Turismo, governador da província de Luanda, secretário do Presidente da República para os Assuntos Económicos e o Presidente do Conselho de Administração da Agência de Investimento Privado e Promoção das Exportações (AIPEX).

Para o apoio será criado um Grupo Técnico, coordenado pelo ministro da Indústria e Comércio e com a integração dos secretários de Estado dos departamentos ministeriais referidos, dois técnicos da Casa Civil do Presidente da República e peritos para assegurarem a execução e acompanhamento pontual das atribuições da comissão.

A medida enquadra-se nos esforços do Executivo para garantir o crescimento económico e o desenvolvimento do país, com a diversificação da economia e a melhoria do ambiente de negócios.

O Executivo considera que a promoção do investimento e a cooperação com parceiros internacionais são benéficas para a concretização dos diversos projectos do país, na medida em que permitem a transferência de conhecimentos e competências, e facilita o acesso às redes de distribuição globais de bens e serviços.